

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS	
Secretaria/Setor requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva
Responsável(is) pela elaboração:	Nome: Fabio Alexandre Oliveira Dias Cargo / nº de matrícula: auxiliar administrativo / 2432
Especificação do objeto:	Registro de preços visando eventual aquisição/recarga de oxigênio medicinal, com cilindros em comodato, pelo prazo de 12 (doze) meses
Natureza do objeto:	MATERIAL DE CONSUMO

1. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

1.1. Informo que o Plano de Contratações Anual (PCA) ainda não foi efetivamente adotado pelo Município para este ano com todas as especificidades que o compõe, sendo que a Administração está levantando esforços para sua concretização no exercício de 2025, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Governo e Comunicação realizou a coleta de demandas destinadas à consolidação do referido PCA de toda a Prefeitura.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, em suas atividades de proporcionar assistência à saúde pública, visa o fornecimento de oxigênio medicinal para atender os pacientes que necessitam de cuidados especiais pós-operatórios, bebês com má formação congênita entre outros pacientes com diversas moléstias incapacitantes respiratórias, haja vista que a falta do mesmo pode ocasionar parada respiratória e levar a óbito pacientes que necessitam do oxigênio medicinal.

2.2 Logo, a aquisição supra é de suma importância para a prestação de serviços públicos, capazes de solucionar problemas específicos de saúde da população mediante uma assistência eficaz, segura e com custos racionais. Dessa forma, pode se obter maiores e melhores resultados para os pacientes atendidos nesses pontos de atendimento de saúde do município, pois, o gás medicinal é utilizado no suporte à vida, bem como para a execução de inúmeros procedimentos cirúrgicos e de exames ambulatoriais, sendo, portanto, imprescindíveis às atividades desta Secretaria.

2.3 Em razão do dever de garantir o funcionamento dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde na continuidade do fornecimento de oxigênio domiciliar aos pacientes de nosso município, como também no fornecimento de oxigênio para as ambulâncias quando no trajeto para outros municípios, transportando pacientes com algum tipo de insuficiência respiratória permanente ou temporária.

3. DIRETRIZES BÁSICAS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O(s) produto(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), tendo em vista que são dotados de padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

3.2 O fornecimento dos cilindros se dará por meio de **COMODATO** entre a empresa vencedora e o tomador do serviço (Prefeitura Municipal de Angatuba). Deverá observar também a disponibilidade de cilindros reservas para que se evite o desabastecimento de oxigênio aos pacientes.

3.2.1 Justificativa para adoção do regime de comodato: Considerando que a Prefeitura não possui cilindros próprios para armazenamento e distribuição do oxigênio medicinal, torna-se imprescindível que a futura empresa contratada forneça os recipientes em regime de comodato, garantindo a viabilidade operacional do abastecimento. Ademais, é importante destacar que a adoção desse método sempre foi a prática utilizada pela Administração Pública Municipal em contratações dessa natureza, o que demonstra a adequação do modelo à realidade local e a sua eficácia na manutenção regular do serviço. A aquisição de cilindros próprios demandaria um investimento inicial elevado, além de custos contínuos com manutenção, testes de segurança e substituição de recipientes danificados, tornando essa alternativa menos vantajosa sob o aspecto econômico e operacional. Além disso, o comodato dos cilindros permite que a responsabilidade pela integridade dos recipientes permaneça com a empresa fornecedora, que deverá garantir a conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes. Isso minimiza riscos à Administração e assegura a adequada conservação dos equipamentos, promovendo a continuidade do atendimento à população sem intercorrências relacionadas à indisponibilidade de cilindros aptos para uso. Dessa forma, a manutenção do regime de comodato para os cilindros de oxigênio medicinal se apresenta como a opção mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando a eficiência na execução dos serviços de saúde, a economicidade do processo e a mitigação de riscos operacionais, em conformidade com os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto **não se enquadra como sendo bem de luxo**, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

4.1.1. Ainda, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os bens/serviços têm natureza comum.

4.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O objeto visa atender as necessidades eventuais do Setor requisitante, através de aquisições ou contratações parceladas ao longo de sua vigência, sendo que as quantidades constantes no item 5 do ETP são apenas estimativas.

4.3.1 Requisitos Gerais:

a) Fornecimento de oxigênio medicinal com pureza mínima de 99,5%, conforme determinações da Farmacopeia Brasileira e da ANVISA.

4.3.2 Requisitos Legais:

a) Atendimento aos requisitos do DNPM e INMETRO para cilindros de oxigênio, incluindo testes hidrostáticos regulares e conformidade de pintura e sinalização.

- b) Cumprimento das normas de transporte e manuseio estabelecidas pela ABNT e ANVISA.
- c) Implementação de um plano de contingência para fornecimento ininterrupto, contemplando estoques de segurança e frota reserva.

4.3.3. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

4.3.3.1. A adoção do SRP para esta pretensa licitação deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e de economicidade, por ser um procedimento que descomplica procedimentos para o fornecimento de bens ou serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por 12 meses, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens. Por conta do fornecimento de oxigênio medicinal se tratar de uma necessidade permanente da Secretaria municipal de Saúde e Medicina Preventiva, porém com uma previsibilidade afetada em função de um fornecimento com alta oscilação diária e com entregas parceladas, o SRP atende plenamente a presente demanda justamente por não ser possível mensurar pontualmente os quantitativos em dado momento, embora seja certo de que a contratação será necessária no período compreendido entre os 12 (doze) meses, além de desobrigar a Administração Pública a adquirir todo o quantitativo estimado no processo licitatório, sendo solicitado apenas aquele necessário em determinado período.

4.3.4. Da não adoção da Intenção do Registro de Preços (IRP)

4.3.4.1. A não adoção da IRP para o presente processo licitatório, que visa o registro de preços para eventual aquisição de oxigênio medicinal com fornecimento de cilindros em regime de comodato, justifica-se pela necessidade de celeridade na conclusão do certame e pelo caráter peculiar da demanda municipal.

4.3.4.2. A utilização da IRP, conforme disciplinado no Decreto Municipal nº 842/2023, tem como principal objetivo a centralização de demandas comuns a diferentes entes federativos, permitindo a participação de outros órgãos interessados no mesmo objeto licitado. No entanto, no caso em questão, a demanda pelo fornecimento de oxigênio medicinal com cilindros em comodato está diretamente vinculada às especificidades operacionais da rede municipal de saúde, incluindo aspectos como a logística de fornecimento, a compatibilidade dos cilindros com os equipamentos existentes e a adequação da distribuição às necessidades locais. A ampliação de participação para outros entes poderia gerar dificuldades na compatibilização dessas exigências, comprometendo a eficiência do fornecimento.

4.3.4.3. Além disso, a realização da IRP implica prazos adicionais para manifestação de interesse por outros órgãos e entidades, o que pode postergar a conclusão do procedimento licitatório. Considerando que o oxigênio medicinal é um insumo essencial para o atendimento de pacientes em unidades de saúde municipais, qualquer atraso na sua contratação pode impactar diretamente a continuidade dos serviços prestados, colocando em risco a assistência à população.

4.3.4.4. Por fim, cabe ressaltar que não há histórico de adesão de outros órgãos a registros de preços similares promovidos pelo município, o que reduz a viabilidade prática da adoção da IRP neste caso. Dessa forma, a não utilização desse mecanismo se justifica pela necessidade de garantir a celeridade do processo, a adequação às especificidades locais e a segurança no abastecimento do insumo, em conformidade com os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. Sustentabilidade e/ou Acessibilidade

4.4.1. De acordo com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União**, existem alguns critérios e práticas de sustentabilidade e/ou acessibilidade que serão incorporados como especificações técnicas e/ou como obrigações da contratada. A seguir, estão elencadas essas práticas:

- a) As **empresas fabricantes** de gases medicinais devem atender às **RDC nº 658** e **IN nº 129**, ambas de 30 de março de 2022, que tratam das Boas Práticas de Fabricação e às **RDC nº 870** e **IN nº 301**, ambas de 17 de maio de 2024, que tratam da notificação, registro e pós-registro de gases medicinais;
- b) A **RDC nº 870/2024** também estabelece que todos os gases medicinais que as empresas produzam devem estar regularizados na Anvisa, ou seja, notificados ou registrados conforme os requisitos da norma;
- c) embora a notificação dos Gases Medicinais esteja suspensa, todas as **empresas que fabriquem ou envasem gases medicinais** devem obrigatoriamente possuir a Autorização de Funcionamento – AFE, expedida pela Anvisa e cumprir com os requerimentos de Boas Práticas de Fabricação, estabelecida pelas **RDC nº 658/2022** e **IN nº 129/2022**;
- d) A concessão de AFE é orientada pelas Resoluções RDC nº 16/2014, e RDC nº 32/2011, que abrangem empresas fabricantes e envasadoras de Gases Medicinais;
- e) Entretanto, a ANVISA ainda não estabeleceu os requisitos com a concessão de AFE para as empresas que realizam as etapas de **distribuição, armazenamento e transporte de gases medicinais** e, portanto, essas empresas não necessitam de AFE para seu funcionamento.

4.4.2. Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações, no que for aplicável, quanto a ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere à qualidade, conforme for aplicável.

4.5. Da amostra/prova de conceito

4.5.1. não há necessidade de amostra ou prova de conceito.

4.6. Subcontratação

4.6.1. o objeto não permite a subcontratação.

4.7. Garantia da contratação

4.7.1. não há necessidade de garantia contratual.

4.8. Garantia dos produtos/serviços

4.8.1. O prazo de garantia dos produtos e/ou serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.9. Vistoria técnica

4.9.1. Dada as peculiaridades do objeto, não há qualquer necessidade de avaliação prévia ao local onde os

serviços serão executados.

4.10. Prazos e condições mínimas de entrega

4.10.1. A entrega deverá ser feita três vezes na semana, ou seja, 12 (doze) vezes no mês, no **prazo máximo de 02 (dois) dias corridos**, prorrogado por igual período desde que devidamente justificado pelo fornecedor e formalmente aceito pelo gestor responsável, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento ou cópia da Nota de Empenho, conforme as quantidades informadas no respectivo documento.

4.10.2. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens apropriadas, com rótulos com informações claras, e atender a especificações do Termo de Referência, e ainda:

a) Acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar na embalagem a descrição do material e incluindo: marca, modelo, dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto.

b) A Contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

c) Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas.

4.10.3. Todos os produtos deverão, obrigatoriamente, ter **validade mínima prevista no descritivo** no momento da entrega e estarem em embalagens originais e intactas, sem marcas de bolor, umidade ou resíduos de qualquer natureza (sob pena de recusa no recebimento).

4.10.4. O fornecimento dos equipamentos necessários à correta utilização dos cilindros como: cânulas, cateter, máscara, umidificador reguladores e fluxômetros ficarão ao encargo do Ente Público Municipal. Os “torpedos de oxigênio” e suas respectivas reservas ficarão a cargo da empresa vencedora.

4.10.5. A periodicidade da entrega dos cilindros de oxigênio deverá ser semanal, **DUAS VEZES NA SEMANA**, totalizando **OITO ENTREGAS MENSAIS**, pelo menos. Sempre que for realizada a entrega do oxigênio domiciliar, deverá a empresa se atentar em disponibilizar cilindro(s) reserva(s) para que os pacientes não fiquem desabastecidos, e o mesmo deve ocorrer quando da reposição dos cilindros das ambulâncias.

4.10.6. A **entrega do oxigênio domiciliar** (tanto na área urbana quanto na rural do município) deverá – por óbvio –, ser realizada na residência do paciente, independentemente se as datas da entrega coincidirem em feriados nacionais ou datas festivas reconhecidas pelo Estado Brasileiro.

4.10.7. A **entrega do oxigênio para as ambulâncias** se dará no Pátio das Ambulâncias, sito a Rua José Franco de Araújo – Praça Levy Lisboa, nº 1.202, em frente à Irmandade da Santa Casa de Angatuba. A entrega se dará também independentemente se as datas coincidirem com feriados nacionais ou datas festivas reconhecidas pelo Estado Brasileiro.

4.5. Da participação de consórcios

4.5.1. A Lei nº 14.133/2021 tem como regra a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omissivo sobre o tema. A Administração Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto.

4.5.2. O ato convocatório poderá admitir ou não a participação de consórcio, sendo essa escolha um ato

discrecionário da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Por este motivo, a Autoridade Licitante, dentro do poder discrecionário de melhor conveniência e oportunidade decidirá pela vedação ou não à participação de empresas em regime de consórcio.

4.5.3. A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando em razão das circunstâncias do mercado e/ou a complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Dessa forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliará o universo de licitantes, pois possibilitará a junção de duas ou mais empresas para realização de determinado objeto. (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 2021).

4.5.4. A jurisprudência do TCU traz entendimento que a formação de consórcio tanto pode fomentar a concorrência, como cerceá-la. Ou seja, a vedação ou a admissão de consórcio em licitação deve ter em vista possibilitar maior concorrência, que conforme o caso concreto pode ocorrer em uma ou outra situação (...) (Acórdão TCU 2.813/2004 e 1.782/2009).

4.5.5. Com relação a presente contratação, a vedação à participação de interessadas, que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, se justifica na medida em que nas contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda do Município, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuam em todo território nacional, empresas essas que possuem condições suficientes para a execução de objetos dessa natureza, o que não tornará restrito o certame a um pequeno número de empresas.

4.5.6. Assim sendo, avaliando a realidade do mercado para este objeto, **não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.**

4.6. Da impossibilidade de adesão à ARP por outros

4.6.1. A vedação à adesão de outros órgãos ou entes à Ata de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de garantir a adequada gestão e fiscalização da contratação, considerando as limitações estruturais da Prefeitura para administrar demandas externas sem comprometer a eficiência do fornecimento.

4.6.2. A contratação do fornecimento de oxigênio medicinal com cilindros em comodato foi planejada para atender exclusivamente às necessidades da rede municipal de saúde, com projeções de consumo e alocação orçamentária baseadas na demanda local. A inclusão de outros órgãos na ata poderia gerar um volume de requisições superior à capacidade prevista, impactando a regularidade do abastecimento e dificultando o controle sobre a execução contratual.

4.6.3. Além disso, a Administração possui uma estrutura organizacional dimensionada para acompanhar e fiscalizar apenas os contratos firmados para o atendimento direto das necessidades municipais. A ampliação da abrangência da ata poderia resultar em dificuldades na gestão do fornecimento, sobrecarga administrativa e comprometimento da fiscalização, gerando riscos operacionais e insegurança quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

4.6.4. Outro aspecto relevante é a logística de distribuição e reposição dos cilindros, que exige um controle rigoroso para evitar desabastecimento e garantir que os recipientes estejam sempre em conformidade com as normas de segurança. A adesão de outros entes poderia dificultar esse gerenciamento, uma vez que envolveria diferentes realidades operacionais e necessidades específicas que não foram consideradas no planejamento inicial da contratação.

4.6.5. Dessa forma, a vedação à adesão de outros órgãos ou entes à Ata de Registro de Preços se mostra imprescindível para assegurar a eficiência da gestão contratual, a previsibilidade no abastecimento e a adequada

fiscalização da execução, garantindo que a prestação do serviço ocorra sem prejuízos à continuidade do atendimento nas unidades de saúde municipais.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. Entende-se necessária os quantitativos dispostos abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade (Mensal)	Quantidade (12 meses)
01	Recarga de cilindro de oxigênio medicinal Tamanho: 10 m³	Unidade	110	1.320
02	Recarga de cilindro de oxigênio medicinal Tamanho: 04 m³	Unidade	07	84
03	Recarga de cilindro de oxigênio medicinal Tamanho: 01 m³	Unidade	05	60

5.2. As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios:

a) Consumo anual das últimas licitações, série histórica.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Analisando o mercado entendem-se viáveis as seguintes alternativas indicadas com os seus prós e contras:

Solução 01: Aquisição direta de cilindros e fornecimento de recargas

Essa alternativa consiste na compra de cilindros próprios pelo município, que ficaria responsável por sua manutenção, teste de integridade e segurança, além da logística de abastecimento. O fornecimento do oxigênio seria realizado por meio da contratação de uma empresa especializada apenas para a recarga dos cilindros. Embora essa solução proporcione maior autonomia à Administração, ela demandaria um alto investimento inicial para a compra dos cilindros e um planejamento contínuo para garantir a manutenção e substituição dos recipientes, o que poderia gerar custos adicionais e riscos operacionais caso haja falhas na gestão do abastecimento.

Solução 02: Fornecimento de oxigênio medicinal com cilindros em comodato

Nesse modelo, a empresa contratada se responsabiliza pelo fornecimento do oxigênio e pelo empréstimo dos cilindros, garantindo que os equipamentos estejam em conformidade com as normas técnicas e de segurança. Esse método tem sido historicamente adotado pelo município por sua praticidade e menor impacto orçamentário, uma vez que elimina a necessidade de aquisição e manutenção dos cilindros. Além disso, transfere à empresa fornecedora a responsabilidade pela troca de cilindros defeituosos e pela logística de abastecimento, garantindo maior segurança e previsibilidade no fornecimento do insumo.

Solução 03: Fornecimento de oxigênio medicinal a granel com instalação de tanques estacionários

Essa solução envolve a instalação de tanques criogênicos fixos para armazenamento de oxigênio líquido, que é posteriormente vaporizado e distribuído às unidades de saúde por meio de redes canalizadas. Essa alternativa é mais viável para hospitais de grande porte, que possuem consumo elevado e contínuo do insumo, justificando o investimento na infraestrutura necessária. No entanto, para unidades de saúde municipais que operam com menor demanda e não possuem estrutura para a instalação de redes canalizadas, essa opção pode não ser tecnicamente viável nem economicamente vantajosa.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução adotada para suprir a necessidade de fornecimento de oxigênio medicinal no município será a de número 02, que consiste no **fornecimento de oxigênio medicinal com cilindros em comodato**. Esse modelo se mostra o mais adequado em razão de sua viabilidade técnica, operacional e econômica, garantindo o abastecimento contínuo das unidades de saúde sem que a Administração necessite investir na aquisição e manutenção de cilindros próprios.

7.2. Por meio desse regime, a empresa vencedora ficará responsável pelo fornecimento regular do oxigênio medicinal, bem como pelo empréstimo dos cilindros necessários ao armazenamento e transporte do insumo. A contratada deverá assegurar que os equipamentos estejam em perfeito estado de conservação, atendendo às normas técnicas e de segurança vigentes, o que transfere à empresa a responsabilidade pela integridade dos recipientes e minimiza os riscos operacionais para a Administração. Além disso, o contrato abrangerá a reposição imediata de cilindros em caso de defeitos ou avarias, garantindo a continuidade do serviço de maneira ininterrupta.

7.3. A principal vantagem desse modelo de contratação é a eliminação da necessidade de investimentos iniciais na compra de cilindros, o que representaria um custo elevado ao erário. Além disso, a Administração não precisará arcar com despesas contínuas relacionadas à manutenção, inspeção e eventual substituição dos recipientes, uma vez que essa responsabilidade será integralmente da empresa fornecedora. Esse fator contribui para a economicidade do processo, otimizando os recursos públicos e garantindo previsibilidade nos custos.

7.4. Outro benefício relevante é a garantia de que o fornecimento do oxigênio ocorrerá de forma organizada e segura, sem a necessidade de uma gestão complexa de logística e armazenamento por parte da Administração. O modelo de comodato possibilita que a empresa vencedora se responsabilize pela entrega e reposição dos cilindros de acordo com a demanda, assegurando que não haja desabastecimento nas unidades de saúde.

7.5. Dessa forma, a adoção do fornecimento de oxigênio medicinal com cilindros em regime de comodato se apresenta como a alternativa mais vantajosa para o município, permitindo a continuidade do atendimento à população de maneira eficiente, segura e com menor impacto financeiro para a Administração Pública.

8. ESTIMATIVA DE VALORES

8.1. O valor estimado total desta contratação é de **R\$ 524.230,56 (quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme Nota Técnica – relatório da pesquisa de preços (**Anexo I do ETP**).

8.2. Custos unitários e totais estimados:

Item	Descrição	Unidade	Quant. (Mensal)	Quant. (12 meses)	Valor unit.	Valor total
01	Recarga de cilindro de oxigênio medicinal Tamanho: 10 m³	Unidade	110	1.320	R\$ 380,0000	R\$ 501.600,00
02	Recarga de cilindro de oxigênio medicinal Tamanho: 04 m³	Unidade	07	84	R\$ 157,8400	R\$ 13.258,56
03	Recarga de cilindro de oxigênio medicinal Tamanho: 01 m³	Unidade	05	60	R\$ 156,2000	R\$ 9.372,00

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

9.1. Com base no disposto no Art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a não adoção do parcelamento do objeto em itens na presente licitação, optando-se pela **divisão em um único lote**. A decisão fundamenta-se em critérios técnicos e econômicos que asseguram a eficiência, economicidade e a garantia da qualidade na contratação.

9.2. A não adoção do parcelamento se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de manter a padronização e a uniformidade dos produtos adquiridos em cada lote. O fornecimento de oxigênio medicinal exige o atendimento a padrões rigorosos de qualidade, conservação e transporte. A divisão do objeto em itens, com múltiplos fornecedores para produtos similares, poderia comprometer a logística de armazenamento e distribuição, além de dificultar o controle da qualidade, o que representa um risco ao conjunto do objeto pretendido, conforme previsto no Art. 40 § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Adicionalmente, a aquisição dos itens de um mesmo lote por um único fornecedor promove economia de escala e reduz os custos administrativos com a gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços. Essa abordagem é recomendada quando há maior vantagem técnica e econômica, como ocorre no presente caso, em que a aquisição conjunta dos itens relacionados em um lote otimiza os processos logísticos e administrativos, em conformidade com o Art. 40, § 3º, inciso I.

9.4. Outro ponto relevante é que a definição de um lote foi realizada de forma a agrupar os itens de acordo com sua natureza e características similares. Isso possibilita a participação de fornecedores especializados, atendendo ao Art. 40 § 2º, inciso I, da referida Lei, sem a necessidade de fragmentação adicional por itens.

9.5. Dessa forma, a não adoção do parcelamento em itens está fundamentada em critérios técnicos, operacionais e econômicos que asseguram a economicidade, a eficiência administrativa e a qualidade uniforme dos produtos fornecidos, além de garantir o atendimento pleno das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, em consonância com as finalidades públicas e a legislação aplicável.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 A expectativa dos resultados a serem alcançados com a presente contratação são:

TIPO	ASSINALAR	DETALHAMENTO
Ganho de produtividade		
Redução de esforço		
Redução de custo	X	Registrar preços vantajosos para a municipalidade
Redução de uso de recursos		
Melhoria de controle		
Redução de riscos	X	Evitar eventual desabastecimento
Cumprimento de determinação administrativa		
Melhoria/adequação nas instalações físicas		

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1. Para que a aquisição de oxigênio medicinal transcorra de acordo com os princípios da eficácia, efetividade e eficiência e em conformidade com a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), as seguintes providências deverão ser adotadas:

- Definir claramente os critérios de seleção e as condições de armazenamento do oxigênio medicinal no instrumento convocatório, para garantir o atendimento adequado das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva;
- Estabelecer um plano de contingência para o fornecimento de oxigênio medicinal, que considere situações de emergência e outras adversidades que possam afetar o suprimento regular;
- Avaliar a necessidade de estoque de segurança para os insumos, garantindo o atendimento ininterrupto às demandas da Secretaria.

12. COMPRA/CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTE

12.1 Não foram encontradas contratações correlatas, ou seja, aquelas cujos objetos são similares ou correspondente a esta pretensa contratação. Da mesma forma, não foram (e não serão necessárias) encontradas contratações interdependentes que devam ser realizadas juntamente com este objeto para a plena satisfação da necessidade da Administração.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. A aquisição de oxigênio medicinal, embora seja uma necessidade vital para o atendimento das necessidades

da Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva, traz consigo a necessidade de avaliação dos impactos ambientais associados à produção, transporte, armazenamento e utilização desses insumos médicos, assegurando o compromisso com o desenvolvimento nacional sustentável e a minimização de danos ao meio ambiente:

- **Produção:** O processo de obtenção de oxigênio medicinal a partir da separação do ar pode implicar emissões de gases e uso intensivo de energia. Para mitigar esses impactos, recomenda-se selecionar fornecedores que utilizem métodos de produção energeticamente eficientes e com menor pegada de carbono.
- **Transporte:** O transporte de cilindros de oxigênio medicinal envolve emissões veiculares. Medidas mitigadoras incluem a contratação de serviços de transporte que utilizem veículos com baixa emissão de poluentes, estimulando a frota a adotar combustíveis menos poluentes ou veículos elétricos, quando disponíveis e viáveis.
- **Armazenamento:** O armazenamento de cilindros pressurizados requer vigilância quanto à segurança e potenciais vazamentos. As medidas mitigadoras consistem na implementação de protocolos rígidos de segurança e monitoramento ambiental, além de sistemas de detecção e contenção de vazamentos.
- **Utilização:** O uso de oxigênio em procedimentos médicos deve observar normas rigorosas a fim de minimizar o desperdício e a liberação desnecessária desses gases no ambiente. A adoção de práticas de gestão eficiente do uso dos gases e a capacitação dos profissionais de saúde são medidas chave para a mitigação de impactos.

13.2. Conclui-se, portanto, que a seleção de fornecedores que adotem práticas sustentáveis e a implementação de medidas operacionais e de gestão ambientalmente responsáveis são essenciais para mitigar os impactos ambientais decorrentes da contratação para aquisição de oxigênio medicinal, em alinhamento com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável estabelecidos pela Lei 14.133/2021.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. O Estudo Técnico Preliminar trouxe informações importantes acerca da **aquisição/recarga de oxigênio medicinal**. Concluímos que este ETP evidencia que a contratação pretendida é viável e necessária para viabilizar a **fornecimento pretendido**, se mostrando técnica e economicamente viável.

Angatuba/SP, 25 de março de 2025.

Fabio Alexandre de Oliveira Dias
Auxiliar administrativo
Matrícula nº 2432

Aprovo o presente ETP:

Larissa Martins Basile
Secretária Municipal de Saúde e Medicina Preventiva

Anexo I

Nota Técnica – relatório da pesquisa preços